



Do V ao VI Congresso da CNA

*Três anos da Agricultura Portuguesa e do Mundo,
dos Agricultores e da CNA*

Plano Internacional

Resumir e interpretar os acontecimentos Mundiais, Europeus e Nacionais relevantes para o sector agro-florestal e para a actividade da CNA neste período, de 2007 – 2008 – 2009, não é tarefa fácil porque foram muitos e aconteceram muito rapidamente esses acontecimentos, interferindo uns com os outros.

No V Congresso da CNA, estávamos longe de adivinhar os desafios que se colocariam à Humanidade de uma forma geral e à Agricultura Familiar de uma forma particular, com o agudizar de crises mundiais.

Surgem assim e a juntar à crise climática já existente, as chamadas crises financeira, alimentar, energética e económica.

Na verdade, o problema das alterações climáticas, mais do que alterar um modelo de desenvolvimento económico baseado no petróleo e na abertura dos mercados mundiais, abriu novas oportunidades de negócios para as multinacionais e portas abertas a todo o tipo de especulação sobre as matérias primas.

Depois de em Fevereiro de 2007, ter sido revelado ao mundo a crise financeira motivada pelos empréstimos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos, designada de subprime, os grandes especuladores internacionais passam a apontar os seus investimentos para as matérias-

primas agro-pecuárias e extractivas, motivados, no caso do trigo, milho e soja, pela grande aposta nos Agrocombustíveis como forma de, aparentemente, combater as alterações climáticas, mas proporcionando-lhes grandes negócios e o domínio económico sobre muitos países.

Os Estados Unidos, produtores de 40% do milho produzido ao nível mundial, já destinavam nesta altura, 20% deste cereal para a produção de bioetanol, a União Europeia impunha metas de incorporação de agrocombustíveis de 5,75% até 2010 e em várias regiões tropicais destruíam-se as florestas para plantar cana, soja e palma, para a produção de biodiesel e bioetanol, enquanto a fome alastra nessas regiões.

Assim, em 2007, a especulação lança os preços dos alimentos e da energia numa escalada vertiginosa até preços proibitivos, levando economistas a afirmar que os mercados estavam loucos.

Em meados de 2008 a crise alimentar e energética chegam ao seu auge com o barril de petróleo a custar, em Julho de 2008, 147 dólares, quando o preço médio em 2006 tinha sido de 65 dólares e os alimentos considerados como fundamentais para a alimentação da população mundial como o arroz, o trigo, a soja, o milho, a carne e os lacticínios a chegarem, a duplicar o seu preço no consumidor final.

Sublinha-se, no consumidor final, porque nesta mesma altura, o aumento de preços nas prateleiras dos hipermercados não tinha repercussão comparável nos preços pagos à produção.

Pode mesmo afirmar-se que os agricultores, viram nesta altura, as suas margens de lucro serem esmagadas pelo aumento dos factores de produção, nomeadamente, rações, gasóleo, electricidade, adubos e sementes, sem reflexo equivalente no preço de venda dos seus produtos.

As consequências da crise energética, mas principalmente da crise alimentar, tiveram repercussões sociais gravíssimas em todo o mundo.

Os índices de fome, subnutrição e miséria aumentaram brutalmente, intensificaram-se por todo o mundo os conflitos sociais, especialmente em

países ditos em desenvolvimento, ao mesmo tempo que as multinacionais do agro-negócio reforçavam o seu domínio na distribuição e comercialização de produtos alimentares.

Só para se ter uma ideia, os lucros dos gigantes agro-alimentares, mais que duplicaram no primeiro trimestre de 2008, quando estávamos em plena crise.

Os objectivos do milénio da ONU, nomeadamente de erradicar a extrema pobreza e a fome foram colocados em causa.

Mesmo segundo dados do Banco Mundial, por exemplo, no Bangladesh, um saco de arroz passou a consumir o rendimento diário de uma família pobre e no Líbano, o pão passava a levar um quarto do rendimento dos mais desfavorecidos.

Por outro lado, houve também um aumento da pressão sobre os recursos naturais terra e água, com fortes repercussões ambientais, nomeadamente com a aceleração da desflorestação das florestas tropicais e com uma corrida à aquisição de terras, pelo grande agro-negócio internacional.

Por esta altura, afirmavam que era o fim da alimentação barata e que a Agricultura tinha voltado a assumir a sua importância no plano mundial apelavam ao aumento da produção perante a subida de preços imparável.

A Comissão Europeia incentivava o aumento da área semeada com cereais terminando com o pousio obrigatório, suspendia as taxas sobre a importação de cereais e aumentava as quotas leiteiras em 2%, entre outras várias medidas.

Por cá, o Ministro da Agricultura Jaime Silva, falava em momento de oportunidade para os produtores de cereais.

E foi com estes apelos e com esta expectativa que surgem já em 2008 os aumentos na produção de cereais, que em Portugal ultrapassou os 15% em termos de volume, face a 2007 e na União Europeia, esse aumento deverá ter atingido os 16%.

Recordam-se as palavras de um dirigente da CNA, que já não está connosco e que, numa entrevista ao Expresso, em Maio de 2008, em reacção ao entusiasmo do Ministro da Agricultura face ao aumento da área semeada de cereais em cerca de 30%, dizia que “O consumidor sofre na carteira, mas os agricultores ainda não viram o dinheiro no bolso.”

E acrescentava:

“Já pagámos a factura dos aumentos, nos adubos, nas rações, no gasóleo, nas sementes, na oficina. Mas ainda não colhemos e não temos a certeza de vender os cereais aos preços a que estão agora”.

E de facto, o Roberto Mileu e a CNA tinham razão e antes das colheitas, a volatilidade dos preços voltou a acontecer mas no sentido inverso, colocando os preços dos cereais aos níveis do início de 2007.

Toda a expectativa que havia sido criada, mais uma vez foi gorada, e por ventura, o momento de oportunidade de que alguns falavam, traduziu-se nas sementeiras mais caras que alguma vez já tinham sido feitas em troca dos preços dos cereais à produção mais baratos de sempre.

Assim, se 2008 tinha trazido aumentos de produção de cereais em Portugal de 15,9%, contrariando uma quebra paulatina e gradual de muitos anos, 2009, não só significou a perda do aumento de 2008, como ainda agravou mais o défice nacional com uma quebra de 22,9%.

Depois desta escalada dos preços das matérias-primas em 2007 e 2008, nada voltaria a ser igual, uma vez que os preços pagos na produção, de uma forma geral, voltaram aos valores do início de 2007 e alguns, para valores ainda mais baixos, mas os factores de produção continuaram a aumentar.

Para a CNA, está claro que, mais do que circunstâncias naturais, como alguns quiseram fazer querer, foi a especulação que motivou a crise alimentar e energética, tal como anteriormente tinha sido a especulação a

motivar a crise financeira do subprime, como posteriormente veio a motivar a crise económica em 2008/2009 no sector bancário e financeiro.

Mas apesar destas crises demonstrarem claramente que, nem o mercado se auto regula, nem existem instituições de supervisão capaz de o fazer e que o caminho da liberalização do comércio não beneficia nem a produção nem consumidores, mas sim e apenas os especuladores...

Apesar disto ser claro para todos, é já em 2009 que se assiste à realização da 7ª Conferência Ministerial da OMC – Organização Mundial do Comércio, com o objectivo de concluir a Ronda de Doha, a “grande negociação” iniciada há 8 anos com vista à liberalização total do comércio mundial.

Organização Mundial do Comércio que, depois de se esgueirar das suas próprias responsabilidades enquanto órgão regulador do comércio internacional, manteve inalteradas as suas linhas de orientação, dizendo que tudo o que aconteceu, aconteceu porque o mercado ainda não tinha sido suficiente liberalizado.

Sobre este assunto dizemos que aqueles que sempre defenderam a liberalização comercial e sempre têm abominado a intervenção do Estado na economia, foram aqueles, que em todas estas crises, mais desesperadamente passaram a reclamar a ajuda do Estado, não com regras, mas com mais dinheiro público...

Plano Europeu

Se no plano internacional, à escala mundial, a tónica foi a tentativa de avanço dos acordos de livre comércio, no Plano Europeu as coisas não foram muito diferentes.

Assim, ao longo destes três anos, assistimos a todo o tipo de ataques e destruição dos vários instrumentos reguladores de mercado contidos na PAC – Política Agrícola Comum, destacando-se aqui, a aprovação da reforma à

OCM do Vinho em Dezembro de 2007 e a aprovação da reforma resultante do Exame de Saúde à PAC, já em Novembro de 2008.

No primeiro caso, decidiu-se pagar com dinheiro público o arranque de 175 mil ha de vinhas na UE, ao mesmo tempo que se anunciava o fim dos direitos de plantação depois de 2015 e o fim da destilação de crise que tinha por objectivo retirar o vinho em excesso do mercado.

No fundo, os prémios ao arranque e sejamos claros, tratou-se de dar uma hipótese sem alternativa aos pequenos vitivinicultores da Europa, para abandonarem a actividade antes da liberalização total do sector e antes da entrega do negócio às grandes empresas, tudo em nome da competitividade Europeia no mercado internacional.

Mas a reforma que marca este período, é sem dúvida a reforma da PAC, resultante daquilo a que se chamou o Exame de Saúde à Política Agrícola Comum.

Esta nova reforma dos Ministros da Agricultura da UE, aprovada a 21 de Novembro de 2008, para além de manter as injustiças na distribuição das verbas do orçamento comunitário entre os vários Estados Membros e entre a agricultura familiar e a agricultura industrializada, veio prosseguir com o desligamento das ajudas da produção, apesar de estar por demais claro o impacto negativo no abandono da actividade trazido pelos desligamentos da reforma de 2003.

A proposta inicial da Comissão Europeia para a Modulação das ajudas, que levaria à reposição de alguma justiça na distribuição das mesmas, acabou por deixar cair a questão da redistribuição destas verbas pelos Estados Membros, com base na Superfície, Emprego e Produto Interno Bruto.

Mais uma vez, eternizaram-se assim as injustiças que prevalecem à décadas, sustentadas em históricos de produção que nada têm que ver com a realidade de hoje.

Por outro lado, esta nova reforma, veio dar o mote para a mais grave crise no sector leiteiro, ao confirmar o fim das quotas leiteiras em 2015 e ao

decidir um aumento gradual das mesmas, em 1% ao ano, favorecendo a concentração da produção.

Tais decisões, significaram, o início do desmantelar de um dos mais importantes mecanismos de gestão do mercado do leite, cujo o resultado só poderia ser, o aumento da produção, a criação de mais excedentes de produtos lácteos na Europa e, conseqüentemente, a baixa de preços na produção resultante do excesso de oferta.

Mais uma vez, o acenar dos milhões, foi a forma como a Comissão Europeia levou Portugal, entre outros Estados Membros, a aceitar o acordo.

Mais uma vez, as políticas seguiram o caminho da concentração da produção e da eliminação de milhares de pequenas e médias explorações, com inerentes conseqüências sociais negativas.

Plano Nacional

No Plano Nacional os efeitos das políticas Internacionais, Europeias e Nacionais, marcaram a nossa realidade concreta, a realidade da agricultura Nacional.

Há três anos, precisamente aquando da realização do V Congresso, em Dezembro de 2006, havia uma forte expectativa com o início do novo quadro comunitário em Janeiro de 2007.

Esperávamos, que depois de dois anos em que estiveram suspensos os projectos de investimento na agricultura e os apoios à instalação de jovens agricultores, a entrada em funcionamento do Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER, pudesse trazer alguma revitalização ao sector, apesar de sempre termos considerado, que o mesmo, não estava ajustado a realidade Nacional.

A verdade é que, o ano de 2007 passou, sem que fosse possível entregar uma única candidatura a projectos de investimento para modernização da nossa agricultura.

A verdade é que o ano de 2008 passou, sem que fosse assinado um único contrato de projectos de investimento para modernização da nossa agricultura.

A verdade é que 2009 não passou sem que fosse pago um euro de projectos de investimento porque foram pagos 10 milhões de euros que representam 0,01% do montante que está previsto investir, ou seja, que representam o mesmo que nada.

Podemos pois dizer, que no total, foram 5 anos, em que, não só estivemos impedidos de beneficiar das ajudas comunitárias, como ainda tivemos que aguentar toda a propaganda dos milhões, diariamente dirigida para a opinião pública, claramente com o intuito de confundir e desvalorizar a contestação do sector.

Entre o jogo dos milhões, a verdade é só uma, se a execução financeira prevista inicialmente para o PRODER, era o mínimo que seria de esperar de qualquer Governo que não quer adiar a modernização da agricultura nacional e que não quer comprometer os fundos comunitários, numa situação de profunda crise como aquela que vivemos, exigia-se uma antecipação das verbas acima daquilo que era a programação financeira inicial.

Mas é importante percebermos as razões destes atrasos na execução do PRODER, para que a culpa não morra solteira.

A falta de verbas no Orçamento de Estado para a comparticipação nacional nestes fundos Comunitários, a burocracia excessiva no PRODER e uma reforma no Ministério da Agricultura que conseguiu colocar aquilo que funcionava bem a funcionar mal e o que funcionava mal a funcionar ainda pior, questões que a CNA sempre denunciou, foram as causas que

comprometeram o acesso dos Agricultores Portugueses aos fundos comunitários, em pé de igualdade com os seus congéneres Europeus.

Só ao nível do Orçamento de Estado, a Agricultura viu, nestes três anos, serem reduzidas as suas verbas em cerca de 10%, o que, se consideramos a inflação acumulada deverá significar uma redução de cerca de 500 milhões de euros.

Acresce ainda que o sector agrícola, foi um dos que mais contribuiu ao longo da anterior legislatura para o equilíbrio do défice e que menos beneficiou das medidas de combate à crise nestes últimos dois anos.

Para além da redução do seu orçamento, a agricultura pagou a regularização do défice com a destruição dos seus serviços públicos, de onde se destaca a redução das Direcções Regionais, a extinção de importantes serviços e centenas de Zonas Agrárias, os cerca de 50% de todos os trabalhadores da função pública que foram enviados para a mobilidade e ainda, com a alienação de uma enorme quantidade de património imobiliário público do MADRP que tem rendido aos cofres do Estado, nestes último anos, milhões de euros.

Há outras coisas que não podemos e não devemos deixar esquecer.

Numa altura em que os Agricultores se queixavam do aumento exponencial dos preços dos factores de produção, o Governo não tomou nenhuma medidas para aliviar este fardo que asfixiava os Agricultores.

Mas agravou a situação porque:

- Terminou com a ajuda à Electricidade Verde em Fevereiro de 2008, em plena crise energética, argumentando que havia fraudes no recebimento da ajuda.

Nunca provando tal facto, obrigou o justo a pagar pelo pecador.

- Implementou a taxa de recursos hídricos, agravando também o preço da água de rega, quando podia ter adiado a sua aplicação para 2010 e só o protesto dos agricultores o obrigou a recuar.

- Aumentou em 50% o custo das Contribuições Mensais dos Agricultores para a Segurança Social.

De facto, a grave crise económica e financeira que vivemos em 2008 e 2009, mas cujas desastrosas consequências sociais se estenderão por 2010 e anos seguintes, não levaram o Governo a desencadear as respostas necessárias, de forma a minimizar o impacto da crise no sector agrícola e até, para que a agricultura, ela própria, fosse motor no combate à crise nacional.

De facto, o Governo, continuou a desprezar a importância do papel económico e social que desempenha o sector agrícola no país, assegurando cerca de 10% da mão-de-obra activa em Portugal, numa altura em que o desemprego não pára de subir.

As Importações aumentaram; aconteceu a falta de escoamento da produção nacional; a redução da produção em vários produtos; houve baixas generalizadas e violentas nos preços à produção, principalmente nos Cereais, no Leite e Carne; os factores de produção atingiram preços especulativos; diminuiu o rendimento dos Agricultores; aumentou a dependência alimentar de Portugal em relação ao estrangeiro; tende para quatro mil milhões de euros por ano, a diferença, contra o nosso País, entre o valor das exportações e o valor das importações. Tal como a CNA afirma, atravessa-se a pior crise da Agricultura dos últimos trinta anos!

Assim, só nestes 3 anos, foram perdidas, segundo dados do INE, cerca de 65.000 Unidades de Trabalho Ano, o que representa, mais de 60 empregos diariamente que, de forma silenciosa, se foram perdendo durante estes longos e penosos 1.095 dias, com a Pecuária a ser um dos sectores mais afectados.

O encerramento de empresas com 300, 500 ou 1.000 trabalhadores é, infelizmente, notícia diária nos telejornais, mas ninguém ouviu falar deste que pode ser considerado como o maior despedimento em massa que ocorreu nestes três anos quando, para mais, se trata da perda de emprego

onde ele menos existe, a Agricultura e o Meio Rural, onde as consequências sociais se fazem sentir de uma forma mais gravosa.

Quanto ao sector florestal, um recurso natural, dos poucos que temos, capaz de gerar riqueza e emprego no país e que ocupa quase 40% do território nacional, o Governo, irresponsavelmente deixou alastrar a doença do nemátodo do pinheiro a todo o país, com as consequências que são conhecidas.

O Cadastro Florestal, instrumento fundamental de orientação e execução da política florestal, apesar de ser considerado como prioritário pelo Governo, nem sequer viu o concurso para a sua execução ser lançado.

As ZIFs, a grande aposta do Governo, passaram de um sentimento de expectativa, por parte dos produtores, para a um sentimento de marasmo e desânimo.

Do PRODER, o sector florestal não viu chegar sequer um único cêntimo nestes três anos de Quadro Comunitário.

Plano Associativo

No Plano Associativo estes 3 últimos anos foram particularmente difíceis.

Ao mesmo tempo que a situação da Agricultura Nacional exigia a actuação constante da CNA e das Organizações filiadas, o anterior Governo no seu representante para a Agricultura, Jaime Silva, assumiam uma posição de confronto constante com as principais organizações de agricultores e particularmente com a CNA.

O Governo adiou constantemente os pagamentos das dívidas que tinha para com os Agricultores e suas Organizações. Aos primeiros, não pagava a tempo e horas várias ajudas devidas no âmbito da PAC e de duas ou três medidas nacionais; às segundas por serviços prestados muitas vezes em substituição do próprio Ministério da Agricultura.

Esta situação asfixiou constantemente a CNA e Filiadas, organizações sem fins lucrativos, com fracos recursos económicos e tendo de suportar muitas centenas de milhar de euros de dívidas do Estado que o Governo não pagava e continua sem pagar, por exemplo, de formação profissional.

Mas, superando a asfixia financeira, a CNA e suas Associadas estiveram sempre activas, reunindo e ouvindo os Agricultores, mobilizando e organizando acções que deixaram clara a necessidade de outras e melhores políticas, mas também, analisando e propondo alternativas às proposta do Governo e da Comissão Europeia.

Neste três anos que passaram, destacam-se os seguintes momentos na actividade da CNA e Associadas:

Em 2007:

27 de Fevereiro - Concentração de Agricultores do Baixo-Mondego em frente à Direcção Regional de Agricultura em Coimbra;

17 de Abril - Manifestação em Lisboa pelo pagamento das dívidas do Ministério da Agricultura à CNA e Associadas;

29 de Maio - plenário de Agricultores promovido pelas Associadas da CNA do distrito de Braga;

17 de Setembro - Por ocasião do Conselho Agrícola da União Europeia na cidade do Porto, a CNA e Associadas realizaram juntamente com os nossos companheiro da Galiza, a maior manifestação de Agricultoras e Agricultores alguma vez realizada no Norte de Portugal, com mais de 6.000 pessoas a desfilarem, desde os Clérigos até à Alfândega, na margem direita do Rio Douro, local onde reuniram os Ministros da Agricultura da UE;

7 de Outubro – Desfile e Concentração de agricultores, com quase meio milhar de pessoas do distrito de Aveiro, na abertura da Agrovouga, com a participação de 50 tractores, vindos do concelho de Ovar;

26 de Novembro – A CNA participa numa concentração em Bruxelas, promovida pela Coordenadora Agrícola Europeia com o objectivo de reclamar uma outra política agrícola europeia, mais legítima, mais solidária, mais sustentável e que responda aos desafios actuais;

29 de Novembro - Vigília simbólica, em Lisboa, frente às escadarias da Assembleia da República com a finalidade de sensibilizar os órgãos de soberania e a opinião pública para a defesa do Movimento Associativo Agrícola e para importância da Lavoura;

8 de Dezembro – Realiza-se o 11º Encontro Regional da Agricultura Familiar Alentejana, em Aviz;

Se 2007 ficou marcado por uma intensa actividade associativa da CNA e Filiadas, 2008, com a agudização da crise, leva a mobilização mais longe.

9 de Janeiro - Cerca de uma centena de dirigentes das Associações Regionais da CNA em Trás-os-Montes e Alto Douro, concentraram-se no em Mirandela, aquando da visita do Ministro da Agricultura ao Nordeste Transmontano;

15 a 25 de Janeiro - Para dar conta, de viva voz e por escrito, das dificuldades e das medidas que era urgente tomar para acudir à situação de crise na agricultura, a CNA e Associadas promoveram uma “Jornada Descentralizada de Reclamação em Defesa da Agricultura e do Movimento Associativo Agrícola” com deslocações de Dirigentes e Agricultores a 11 Governos Civis e a 2 Direcções Regionais de Agricultura.

15 de Fevereiro - Mais de uma centena de Agricultores realizaram uma marcha lenta de tractores e outras alfaias agrícolas no Poceirão, em protesto contra a intenção do Governo de lhe retirar o estatuto de Freguesia Rural;

21 de Fevereiro - Cerca de uma centena de Agricultores do concelho de Ovar marcam presença na reunião pública do executivo camarário, onde expõem as suas principais dificuldades;

27 de Fevereiro - Concentração de Agricultores em Coimbra, durante visita do Ministro da Agricultura à Região Centro, para exigir respostas objectivas e satisfatórias a perguntas muito concretas;

5 de Março - Cerca de 100 produtores de batata do concelho de Chaves reúnem-se com o objectivo de analisar a situação do escoamento da batata e propor ao Governo as medidas necessárias à resolução deste problema;

8 de Março - A CNA - Confederação Nacional da Agricultura assinala os seus 30 anos, com uma Conferência Nacional que teve lugar em Coimbra, com a presença 200 participantes entre Agricultores e Agricultoras, Dirigentes Associativos, colaboradores e amigos da CNA e vários convidados.

É nesta iniciativa que a CNA é reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, um acto institucional que veio fazer justiça ao trabalho e à luta da CNA, durante Tinta Anos, em defesa e promoção da Agricultura Portuguesa;

29 de Março - Encontro de Conselhos Directivos de Baldios, em Vila Pouca de Aguiar, com a participação de 60 entidades gestoras dos baldios;

12 de Junho - Mais de 50 tractores e máquinas agrícolas, após terem estado concentrados desde o dia anterior junto à fronteira de Vila Verde da Raia, deslocaram-se em marcha lenta pelas ruas da cidade de Chaves, concentrando-se junto aos serviços do Ministério da Agricultura;

13 de Junho – Entrega de um Caderno de Reclamações da Agricultura Familiar e do Mundo Rural durante a visita do Primeiro-Ministro à cidade de Coimbra;

16 de Junho - Plenário de Produtores de Leite de Aveiro, com mais de oito dezenas de Agricultores;

17 de Junho - Mais de uma centena de tractores e alfaias agrícolas desfilaram, de Poceirão até Setúbal;

25 de Junho - Concentração de Tractores em Estarreja, com cerca de uma centena de tractores, seguramente, uma das maiores que já se realizou no distrito de Aveiro;

26 de Junho - Centenas de Agricultores do distrito de Braga manifestam-se contra o aumento generalizado dos custos de produção. Muitos agricultores ficam retidos nas estradas nacionais de acesso à cidade, bloqueada pelas forças de segurança, devido à proibição imposta pelo Governo Civil de Braga, numa atitude repressiva tentando impedir o direito dos agricultores ao protesto;

2 de Julho - Várias centenas de Agricultores e Agricultoras, com os seus tractores e alfaias agrícolas, desfilam na cidade de Chaves em protesto contra o aumento dos factores de produção;

11 de Julho – Cerca de cinquenta Tractores "marcharam" entre Liceia e Montemor-o-Velho e aprovam uma "Proclamação", onde constam as principais razões e reclamações dos Agricultores da Região;

14 de Julho – Pombal - Mais de 50 Máquinas Agrícolas, onde sobressaem os Tractores dos Orizicultores, vindos do Norte do Concelho, concentram-se no Mercado da Fruta;

Também a 14 de Julho – Pela primeira vez no Fundão saem à rua mais de 40 Tractores Agrícolas em "Marcha Lenta";

26 de Julho – Braga - Mais de cem Agricultores com diversas carrinhas e 50 Tractores, marcham nas ruas da cidade;

28 de Julho – Alcobaça - Dezenas de Agricultores desfilaram na cidade com os seus Tractores e máquinas agrícolas;

17 de Outubro - Cinquenta tractores concentrados na Zona Agrária deslocam-se em marcha até à Câmara Municipal de Alcácer do Sal;

22 de Outubro – 600 agricultores e 65 Maquinas Agrícolas concentram-se novamente junto a Agrovouga na cidade de Aveiro;

15 de Dezembro - Concentração, na Câmara Municipal de Aveiro, de pequenos Agricultores e Vendedores, com o objectivo de garantir a continuação das bancas do pequeno comércio de produtos agrícolas no Mercado de Santiago dentro da cidade de Aveiro;

O ano de 2009 inicia-se como terminou o ano de 2008, com forte contestação às políticas agrícolas e à passividade do Governo face ao desespero dos Agricultores que vivem a pior crise dos últimos 30 anos.

19 a 26 de Janeiro - A CNA e Associadas Regionais promovem uma "Jornada Regionalizada de Reclamação" por todo o país, realizando plenários, concentrações, conferências de imprensa, e entrega de cadernos reivindicativos junto dos Governos Cívicos e Delegações do Ministério da Agricultura;

26 de Março – Uma grande Concentração Nacional de protesto e reclamação, de Agricultores e Mundo Rural, promovida pela CNA e Filiadas, reúne 7.000 participantes nas ruas de Lisboa, do Parque Eduardo VII, à Assembleia da República e à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, em S. Bento;

Abril e Maio – Jornada de Reclamação do Sector Leiteiro Português com Conferências de Imprensa, Plenários, desfiles de tractores e manifestações de produtores nas cidades de Póvoa de Varzim, Ovar, Figueira da Foz, Barcelos Estarreja, Braga, Chaves, Tocha, Barcelos, Vila Real e Aveiro;

9 de Julho - Concentração de perto de 2.000 Agricultores, no Porto, na sua maioria Produtores de Leite e Carne, em defesa da Produção Nacional de Leite e Carne;

15 de Julho - Mais de uma centena de Produtores de Arroz manifestaram-se contra a baixa de preço no produtor, com uma marcha lenta de tractores e outras máquinas agrícolas, entre Alcácer do Sal e Grândola;

17 de Julho - Dezenas de Produtores de Leite e Carne da região de Leiria manifestaram-se em Porto de Mós, junto ao mercado semanal da vila;

27 e 28 de Julho - Mais de quinhentos Agricultores concentraram-se, nos em Montemor-o-Novo e Coimbra contra a crise provocada pela baixa de preços e pela falta de escoamento dos produtos, num protesto, promovido por um grupo de Agricultores do Baixo Mondego e Gândaras com o apoio da CNA e Associadas;

17 de Setembro - Mais de meia centena de Produtores de Arroz manifestam-se em Alcácer do Sal, junto à Zona Agrária e à Câmara Municipal;

21 de Outubro – Mais de 2.000 Agricultores e quarenta tractores desfilam em Aveiro, do Largo da Estação até à Agrovouga, no dia da sua abertura.

O ano de 2009 terminou com mais uma jornada Regionalizada de Reclamação durante os meses de Novembro e Dezembro com acções na cidade de Viseu, Vila Real, Guarda, Lisboa, Ovar, Pombal e Alcácer do Sal.

Foram anos de luta intensa e actividade constante.

Foi a luta da CNA e Filiadas, *sempre com os Agricultores*, que mais contribuiu para derrotar Jaime Silva.

Sem a nossa luta, sem a acção firme e determinada de milhares de Agricultores e Agricultoras, a situação estaria hoje ainda pior. Os Agricultores são forçados a lutar pela situação difícil do seu trabalho. Luta-se na defesa dos nossos sagrados direitos e interesses.

Foram três anos, marcados por tantos acontecimentos que influenciaram de forma tão negativa a agricultura nacional.

Acima de tudo realça-se, que mesmo perante todas as dificuldades e adversidades, a Agricultura Familiar não deixou de demonstrar que está viva e que não deixa de lutar pela melhoria da qualidade de vida, não só das explorações agrícolas familiares mas também de todo o Mundo Rural.

Num País em que a grande parte dos apoios públicos são gastos nos projectos designados de “interesse nacional”, exigimos que as actuais 250

mil pequenas explorações agrícolas que continuam a existir em Portugal, sejam igualmente consideradas no supremo interesse nacional, enquanto factor de ordenamento do território, de equilíbrio ambiental e acima de tudo, de coesão social, económica e territorial.

Como factor estratégico para o aumento da Produção Nacional, para a dinamização dos mercados internos, para a redução do défice agro-alimentar, para o desendividamento do País, para a melhoria da alimentação da População.

O investimento reprodutivo na nossa Agricultura é factor de desenvolvimento económico, social e ambiental.

A nossa luta e a nossa razão hão-de derrotar estas más políticas agro-rurais que nos têm dado cabo da vida.

É por isso que se afirma que caso a situação não melhore para a Agricultura Familiar, se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações - as propostas e reclamações fundamentais que vão sair deste nosso VI CONGRESSO - a CNA e Filiadas, *sempre com os Agricultores*, irão voltar à rua ainda este ano, em novas e grandes iniciativas nacionais de protesto e reclamação à semelhança das que temos feito em Lisboa e no Porto.

Viva a CNA e as Organizações suas Associadas

Vivam os Agricultores e Agricultoras Portuguesas

Viva o Mundo Rural Português